

A economia soviética e a derrota do socialismo. Que fazer, Marx?

A economia soviética e a derrota do socialismo. Que fazer, Marx?

Resumo: Após 1917, os bolcheviques, sob a batuta de Lênin, não dispunham de nenhum arcabouço teórico, postulado pela teoria marxista, capaz de estruturar a economia, dentro uma realidade socialista. A experiência deveria, portanto, servir de aprendizado pós Outubro. Inúmeras pressões internas e externas serão determinantes para as decisões centralizadas de Lênin, que adota, em princípio, o chamado Comunismo de Guerra, posteriormente substituído pela NEP, projetada como um influxo em direção oposta, com o objetivo de reintroduzir o mercado e suas flexíveis relações mercantis, tendo em vista o fracasso da ortodoxia do modelo anterior. Após a morte de Lênin, Stalin assume o poder e impõe, de forma coercitiva e violenta, os planos quinquenais e a coletivização do campo. Não obstante o acelerado crescimento experimentado nos trinta anos seguintes à Revolução, o excesso de burocratização, o autoritarismo e a elisão das massas trabalhadoras do projeto revolucionário, fizeram malograr o projeto socialista e levaram a URSS a um decurso melancólico e a um fim trágico, que fez irromper uma triste memória do que foi, em lugar de um verdadeiro socialismo, um abusivo capitalismo de Estado.

Abstract: After 1914, the Bolsheviks, under Lenin, didn't count on any theoretical framework, postulated by the Marxist Theory, capable of structure the economy, within a socialist reality. The experience should, hence, serve as learning post-October. Countless internal and external pressures will be decisive to Lenin's centralized decisions, who adopted, in principle, the so-called War Communism, subsequently substituted by the New Economic Policy (NEP), projected as an opposite directed influx, whose aim was to reintroduce the market and its flexible commercial relations, in view of the preceding model orthodoxy's failure. Following Lenin's death, Stalin took over the power and imposed, by coercion and violence, the Five-Year Plans and the collective farms. Although the rapid growth experienced in the 30 years following the Revolution, the excess of bureaucracy, the authoritarianism and the suppression of the working masses from the revolutionary project, thwarted the socialist project and drove USSR to a melancholic course and a tragic end, which bursted into a sad memory of what was, instead of a truly socialism, an abusive State capitalism.

Palavras-chave: Economia, socialismo, centralização.

A economia soviética e a derrota do socialismo. Que fazer, Marx?

1. Comunismo de guerra

Após o Outubro Vermelho, a Revolução Bolchevique, sob a centralizadora liderança de Lênin, carecia de um arcabouço teórico capaz de nortear uma nova realidade econômica, diante do esgarçamento, por força do projeto socialista, das relações feudo-capitalistas até então dominantes na Rússia. Mesmo os patriarcas Marx e Engels não propugnaram uma teoria consistente acerca da economia em uma sociedade socialista, deixando entrever tão somente pressupostos utópicos, tais como: o fim da mercadoria e das relações mercantis, e a eliminação da contradição das relações de produção, que seria capaz, por si só, de fazer florescer uma sociedade comunista ideal e justa. A experiência deveria ser a grande fonte de aprendizado dentro do novo modelo.

A passagem para o comunismo pela via marxista estaria condicionada, contudo, a um período de transição, durante o qual as contradições do antigo sistema deveriam ser definitivamente superadas com vistas à entrada no regime ideal, uma sociedade sem relações verticalizadas, auto-gestionária, cujo modelo produtivo seria norteador pelas necessidades coletivas e não pela imposição dos valores de troca, a condicionar e controlar o trabalho, e submeter a classe trabalhadora.

Lênin e os bolcheviques se viram, todavia, premidos, não somente pela ausência de proposições teóricas, consistentes o bastante para sustentar as ações revolucionárias no plano econômico mas, sobretudo, pelo ambiente de terra arrasada que resultou da I Grande Guerra, na qual a Rússia esteve imersa, a um elevado custo humano e material. A guerra foi, com efeito, segundo Trotski, a causa direta do surgimento da revolução (TROTSKI, 2007, p.26). Aliaram-se ao trágico saldo do conflito, as pressões contra-revolucionárias, internas e externas, que encetaram a Guerra Civil, de 1918 a finais de 1920. A pressão da Guerra Civil, mas talvez não somente ela, levaria à adoção, em 1918, de um mal sucedido modelo de transição, que posteriormente ficou conhecido como “*Comunismo de Guerra*”.

O “*Comunismo de Guerra*” se consubstanciaria, em 1919, como sistema e como ideologia, e suas principais características foram: nacionalização quase total das indústrias; proibição do comércio privado; centralização externa da planificação e do controle da produção; desmonetização parcial (abastecimento das lojas do Estado sem pagamento, rações gratuitas aos operários, abolição dos aluguéis e das passagens de trem etc.); cessão da terra nacionalizada aos camponeses, que se obrigavam a entregar, compulsoriamente, ao Estado, todo o excedente da produção que não se destinasse à própria subsistência, o que gerou uma insatisfação incontornável após o fim da Guerra Civil. As explicações para o caminho tomado por Lênin, podem ser buscadas em duas linhas de força, a saber. A primeira seria o próprio afã ideológico centralizador, burocratizante e autoritário, cultivado pelos bolcheviques durante o processo revolucionário, expresso no programa do PCR de 1919 e em obras de líderes bolcheviques como Bukharin que, no seu *ABC do Comunismo*, de 1920, pontifica sobre a administração do regime comunista:

A direção central caberá a diversas repartições de contabilidade e de estatística. Aí é que, dia a dia, serão calculadas as contas de toda a produção e de todas as suas necessidades; aí é que se indicará onde se deverá aumentar ou diminuir o número de operários e quanto é preciso trabalhar. E como cada um, desde sua infância, tendo-se habituado ao trabalho em comum, compreenderá que este trabalho é necessário e que a vida é muito mais fácil quando tudo marcha de acordo com um plano, todos trabalharão segundo as instruções dessas repartições. Não se precisará de ministros especiais, nem de polícia, nem de prisões, nem de Leis, nem de

decretos. Assim como os músicos, numa orquestra, seguem a batuta do maestro e por ela se regulam, assim, os homens seguirão os quadros da estatística e com eles conformarão o seu trabalho (BUKHARIN, 2005).

O segundo nó górdio a desafiar os bolcheviques seriam as injunções da própria Guerra. Segundo Hobsbawm, “foi a crise da Guerra Civil que levou as coisas ao ponto crítico” (HOBSBAWM, 1995, p.368).

As tensões geradas no ambiente do “*Comunismo de Guerra*” expressaram uma espécie de ambigüidade entre as premissas marxianas e as medidas revolucionárias, e podem ser percebidas em quatro eixos de desdobramento. Em primeiro lugar, no tocante à imposição do partido como agente do proletariado em uma Rússia rural, camponesa que, dentro de um modelo de análise marxista ortodoxo, não estaria suficientemente madura para a revolução. O partido agiria para acelerar o alcance das condições ideais, com o objetivo de exportar a revolução para o Ocidente industrializado.

Em segundo lugar observou-se uma profunda centralização de poder que acabou por eliminar o controle operário dos meios de produção. Tal autoritarismo fará extirpar da luta política todas as correntes de oposição ao ideário bolchevique-leninista. A elisão do confronto democrático no interior do processo revolucionário pode ser claramente observada em *A Revolução de Outubro*, de Trotski, obra dedicada à memória da Revolução, na qual ele preconiza:

Enquanto fomos partido de oposição, nosso lema era: ‘Todo poder aos soviets’, um lema de propaganda. Agora que éramos a maioria em todos os ‘’principais soviets, porém, esse lema nos impunha a obrigação de empreender a luta direta e imediata pelo poder (TROTSKI, 2007, p.55).

A tendência de Trotski, a sustentar a consubstanciação da Revolução na apropriação do poder governamental, expressa o que Guy Debord chamou de “*ilusão leninista*”, que pretendeu encerrar o projeto de revolução proletária numa estrutura ideologicamente hierarquizada e burocrática, sob as inquestionáveis hostes do bolchevismo (DEBORD, 1997, p. 112).

Esse preceito canônico indica um terceiro ponto de tensão, que foi o controle dos sindicatos pelo partido. Para Lênin, a subordinação dos sindicatos ao partido era indispensável para o estreitamento das relações entre este e as massas. Era praticamente consenso entre os líderes bolcheviques, em especial Trotski, a necessidade de controle sobre o proletariado, como um exército a ser disciplinado pela força, se necessário, até que se tornasse uma classe madura e consciente para gerir a revolução. Enquanto não “demonstrasse” essa maturidade, permaneceria sujeita a uma infame, tautológica e paradoxal “*ditadura do proletariado*”. Para Trotski a inexorável liderança centralizadora do partido emulava a ditadura do proletariado. Diz ele:

O poder aos soviets[...] significava a tomada de todo o poder pelo proletariado revolucionário, à frente do qual, nessa época estava o Partido Bolchevique. Tratava-se então da ditadura da classe operária (TROTSKI, 2007, p.57).

Surge nova ambigüidade na posição dos bolcheviques pois, embora em Marx, conforme Mario Stoppino (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1997, p.378), não esteja especificada uma forma política de tal ditadura, é certo que não se tratava de sujeição da classe trabalhadora por uma liderança autoritária.

No *Manifesto do Partido Comunista* Marx dirá: “...vimos que a 1ª etapa da revolução operária é elevar o proletariado à classe dominante, em busca da democracia” (MARX, 1981, p.35). A dificuldade de compreender o conceito reforça-se se analisarmos o prefácio à edição alemã do *Manifesto* de 1872 e a introdução de Engels para *A Guerra Civil na França*, de 1891. No primeiro afirma-se: “A Comuna evidenciou de modo particular que

‘não basta que a classe operária se aposse das estruturas do poder para colocá-las a serviço de seus próprios fins’ (MARX, 1981, p. 10); em contrapartida, Engels dirá 19 anos depois:

Ultimamente, as palavras ‘ditadura do proletariado’ voltaram a despertar sagrado terror ao filisteu social-democrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado (MARX, 1977, p.167).

O fato é que, em 1920-21, sob o poder inquestionável do partido, os sindicatos tornaram-se verdadeiros organismos policiais, destinados à coerção da classe operária, dentro de um sistema excessivamente burocratizado e centralizador, que talvez não havia sido previsto e inicialmente admitido por Lênin. Perscrutar as intenções de Lenin certamente é tarefa excessivamente árdua para esse esboço, mas a julgar pela imposição do monopólio bolchevique à Revolução, a estancar, desde o princípio, qualquer possibilidade de autonomia e autogestão das massas, pode-se inferir que os líderes bolcheviques jamais desejaram um jogo aberto e plural, dentro do qual todas as correntes de pensamento pudessem operar para construção de um movimento genuinamente democrático. Tal aspecto centralizador pode uma vez mais ser percebido nas idéias de Bukharin, que define precisamente o partido como uma organização formada pelos indivíduos especiais de uma classe, *“mais avançados e mais enérgicos”*. A esses camaradas iluminados caberia a direção das massas (BUKHARIN, 2005).

O quarto aspecto a ser considerado, e talvez o mais importante, é a questão agrária. Uma distribuição confusa e irracional de terras e a requisição forçada dos excedentes agrícolas dos camponeses, acabaram por colocar o campesinato em rota de colisão com o poder bolchevique. A submissão dos camponeses às intenções do Estado certamente reportam a uma leitura marxiana por demais ortodoxa, que concebia a revolução como resultado da vocação do proletariado, minoria na Rússia de 1917 e anos seguintes. Com efeito, o campesinato não foi incluído na luta revolucionária e ficou sujeito aos experimentos da transição. Isso gerou o esgarçamento do *“Comunismo de Guerra”*, tendo em vista todas as dificuldades de produção e abastecimento.

Por outro lado, a desmonetização mostrou-se um problema insolúvel, na medida em que não se alcançou um modelo consensual de remuneração do trabalho e pagamento dos bens produzidos. Tudo isso levou Lênin a promover uma mudança de direção, pois as lacunas teóricas, tanto do marxismo, quanto dos marxistas revolucionários, aliadas ao insucesso das experiências primevas, pós 1917, tornaram insustentável o modelo adotado.

Com o fim da Guerra Civil, inúmeras rebeliões eclodiram contra o caráter centralizador e anti-democrático assumido pela facção vitoriosa do partido bolchevique. Além disso, frustrada a tentativa de exportar a revolução para a Alemanha, através da invasão da Polônia, a opção de Lênin foi implantar a NEP (Nova Política Econômica), em substituição ao *“Comunismo de Guerra”*, o que viria a consubstanciar o isolamento soviético e o *“socialismo de um só país”*.

2. A NEP

Implantada por Lênin em 1921, a Nova Política Econômica reintroduziu o mercado e significou a passagem do *“Comunismo de Guerra”* para o *“Capitalismo de Estado”*, no dizer de Hobsbawm, acerca das palavras do próprio Lênin (HOBSBAWM, p.368). Tratava-se de uma economia mista, na qual o Estado interferia muito mais na qualidade de investidor, embora propugnasse controlar o mercado. O comércio privado foi readmitido, a requisição compulsória da produção dos camponeses foi substituída por um imposto in natura e, doravante, o cultivo e a venda dos produtos agrícolas estavam liberados conforme a vontade dos produtores. No longo dos próximos anos, mesmo após a morte de Lênin, a heterodoxia da NEP suscitaria debates acirrados dentro do partido, pois em muitos aspectos significava um recuo em relação ao *“Comunismo de Guerra”*, no tocante aos ideais revolucionários de estabelecimento de relações econômicas de novo tipo. No limite da

questão estava a premissa marxiana de que o ambiente da revolução (e da transição socialista) seria o de uma sociedade em alto grau de desenvolvimento capitalista, na qual a pequeno-burguesia tivesse sido suprimida e, portanto, a propriedade e as relações mercantis também estariam em vias inexoráveis de extinção. Não era o caso na Rússia, pois que a maioria da população era camponesa e, a rigor da tradição campesina, clamava por terra. Em última análise tratava-se de um ambiente teoricamente imaturo para a revolução. Marx, todavia, não previra que a supressão das relações de produção pequeno-burguesas devesse ser alcançada pela força e violência, que pesaram sobre a classe trabalhadora rural e urbana, sobre os movimentos e partidos de oposição, e mesmo sobre as vozes dissonantes dentro da própria seara de Lênin, o Partido Bolchevique, que se tornava, com a NEP, um agente revolucionário em oposto diametral aos ideais de revolução popular, propugnando, a partir de então, uma “*revolução pelo alto*”. Para alguns críticos posteriores, o Stalinismo já estaria postulado nas medidas centralizadoras de Lênin, sopesados, é claro, os exageros e deformidades da política de Stalin.

3. O “socialismo evolucionista”

A NEP não significou, como se esperava de início, a tão propalada passagem para o socialismo. Novamente as encruzilhadas teóricas se apresentavam, mormente pela ausência, na teoria marxiana, de fundamentos capazes de sustentar as prementes necessidades de transformação e recuperação de uma economia altamente debilitada. Era imperioso fazer crescer a indústria e, ao mesmo tempo, zelar pela relação entre Estado e campesinato, responsável pelo abastecimento interno e pela exportação de produtos indispensáveis às trocas comerciais com o exterior. Durante a grave crise de 1923, o economista Preobrajenski foi o ideólogo da teoria da “*acumulação primitiva socialista*”, que previa o aumento dos rendimentos do Estado, através de uma maior requisição de capitais do setor privado, especialmente dos camponeses, para os quais as medidas estatais tornavam-se cada dia mais desfavoráveis. A liderança de Stalin, cuidadosamente arquitetada após a morte de Lênin, ocorrida em 1924, a fazer calar e/ou desaparecer vozes dissonantes, se consolidava a cada dia, e muitos economistas importantes da década de 20 foram eliminados, a exemplo do próprio Preobrajenski. A NEP, em princípio flexível e, em certa monta, voltada para o mercado, foi paulatinamente substituída por um modelo ultra centralizado, a partir dos planos quinquenais, iniciados em 1927-28, que propugnavam uma economia absolutamente planejada, planificada pelo Estado, com vistas, especialmente, ao desenvolvimento da indústria do Setor I, isto é, bens de capital, de produção, o que com o tempo provocou um desequilíbrio insolúvel na economia soviética, levando à fome e ao desenvolvimento de um forte mercado paralelo, em contraste à predominância da indústria pesada, privilegiada pelo Estado. Por volta de 1933, ano da “*máxima crise*”, as operações financeiras já estavam centralizadas no Banco do Estado, o comércio de matérias-primas já fora controlado e consubstanciava-se, em substituição à política agrária da NEP, a coletivização do campo.

Crescia, outrossim, o poder do Partido, a burocratização das instituições estatais e o controle sobre a classe operária e demais setores da sociedade não acordantes com o ideário stalinista. É tarefa particularmente difícil associar o processo de transformação imposto por Stalin às teorias marxianas, apesar de uma aparente inversão de rumos, com o controle do mercado e o suposto fim da produção de mercadorias, que poderiam apontar para um horizonte socialista. Percebe-se, contudo, que a planificação centralizada carecia de objetividade científica, que ficou patente pela imposição de absurdas metas de crescimento, como, por exemplo, da produção de carvão, desenhada no plano quinquenal de 1933-37 para 250 milhões de toneladas e posteriormente revista, em 1934, para 152 milhões. Um manual de economia política, com a finalidade de corrigir ações desmedidas e fantasiosas, a partir de

bases teóricas, surgiria apenas no final da década de 30 e seria publicado somente em 1954, após a morte de Stalin.

4. A coletivização

Embora Marx tenha pressuposto uma espécie de subalternidade político-econômica do campesinato, classe destinada a um virtual desaparecimento em razão do desenvolvimento capitalista, que propiciaria uma produção comercial em larga escala no campo, a substituir o camponês individual, nunca postulou, nem tampouco Engels, o uso da violência contra os camponeses, com vistas a eliminar suas pretensões pequeno-burguesas de posse da terra, que serviam de anteparo resistente à revolução socialista. Na Rússia semi-feudal, com secular atraso industrial, os camponeses eram a maioria da população – em 1914, do total de 175 milhões de habitantes, apenas 3 milhões eram operários (TRAGTENBERG, 2007) -, o que poderia significar, frente a uma leitura monolítica marxiana, a imaturidade revolucionária. Contudo, o próprio Marx, nos seus últimos anos, afasta-se da inexorabilidade do etapismo evolucionista que preconizava, para todos os países, a passagem pelo modo de produção capitalista acabado. O modelo ocidental por ele analisado estava sujeito a limitações históricas e não deveria ser tomado como uma categoria axiomática, inelutável (TRAGTENBERG, 2007, p. 78-79).

O caso russo foi inúmeras vezes abordado por Marx que, em correspondência trocada com a militante Vera Zassúlitch, reflete sobre a forma modelar da revolução por ele preconizada, sob responsabilidade da classe trabalhadora industrial, e sugere que a fórmula talvez não se adapte às condições russas. A corroborar essa postura Marx, segundo Maurício Tragtenberg, escreve ao populista Mikhailovski em 1877 e afirma que a preservação da *obchtchina* (comunidade camponesa russa, definida pelo intelectual russo Alexandre Herzen, na primeira metade do século XIX, como unidade de produção socialista) era a maior chance histórica do povo russo (TRAGTENBERG, 2007, p.78). Da comuna rural russa, desde que em articulação com a revolução proletária no Ocidente, poderia-se partir para uma evolução comunista. No prefácio à edição russa do *Manifesto*, publicada em 1882, Marx produz um importante questionamento:

É de se perguntar, então: a comunidade russa, uma forma naturalmente já debilitada da primitiva propriedade comum da terra, poderia transformar-se, de imediato, em propriedade comunista? Ou, pelo contrário, deveria passar pelas fases de dissolução que caracterizam o desenvolvimento histórico do Ocidente? Com base nos dados que temos hoje à disposição para esta pergunta, só vejo uma resposta: na hipótese de a Revolução Russa significar um sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, pode-se partir da atual propriedade comum da terra para uma evolução comunista (MARX, 1981, p. 12).

O fato é que a questão agrária jamais deixou de assombrar os bolcheviques. Após a Revolução, a cessão das terras nacionalizadas aos camponeses não foi capaz de eliminar as desigualdades no campo, nem entre os camponeses pobres, nem entre estes e os abastados, chamados *kulaks*, detentores de excedentes de produção e que figuravam, no debate bolchevique dos anos 20, ou como capazes de ameaçar o destino da revolução, ao contrário do campesinato pobre, do qual Lênin cria ter o apoio, ou como passíveis de conversão a produtores úteis, em passo gradual para o socialismo. O problema camponês se acentuou na medida em que a baixa produtividade e os baixos preços pagos pelo Estado, dentro da lógica de “*acumulação primitiva de capital*”, preconizada por Preobrajenski, que pressupunha a transferência de recursos camponeses aos setores urbanos com vistas ao desenvolvimento industrial, geraram profundo descontentamento no seio do campesinato. Contra essa política, posicionava-se Bukharin, para quem, ao invés da exploração do camponês pobre, deveria-se estimular os *kulaks* a produzir mais e, conseqüentemente, ganhar

mais dinheiro. Em 1925, por mais paradoxal e até paroxístico que possa parecer, ele propõe um curioso slogan em favor dos *kulaks*: “*Enriquecei!*” (NOVE, 1986, p.126).

O biênio 1927-28, no qual ocorreram investimentos industriais massivos, foi marcado por uma aguda crise na produção agrícola, com escassez de bens de consumo, elevados preços dos gêneros alimentícios no mercado livre e valores da produção pagos pelo Estado muito baixos. Tal conjuntura encetou a autoritária medida de coletivização da terra, eliminando os *kulaks* como classe, através de prisões e extradições (NOVE, 1986, p.127). Não há elementos na obra de Marx que justifiquem as ações daquele período, em particular o uso da força contra os camponeses. O próprio Lênin escrevera em 1921 que o coletivismo poderia ser alcançado através da cooperação, à qual cederiam os camponeses, seduzidos pelo desenvolvimento da mecanização no campo.

Contrário a qualquer debate de idéias, Stalin impôs violentamente a coletivização, com vistas a solucionar o problema do abastecimento das zonas industriais urbanas em franco crescimento, com a obtenção, pelo Estado, de produtos agrícolas a preços irrisórios. Os desdobramentos negativos foram duramente sentidos na queda da produção agrícola e animal, e no desprezo da maioria do campesinato pela terra, que se tornaria símbolo de opressão, empobrecimento e fome. Tal perda de identidade do homem do campo com seu ambiente permaneceria por décadas. Segundo alguns críticos, o fracassado objetivo das fazendas coletivas stalinistas, de aumentar a produtividade para abastecer e financiar a indústria, acabou por imputar à classe trabalhadora urbana boa parte dos custos dessa empreitada. No entanto, o maior sacrifício foi imposto ao campo, a gerar miséria e fome para milhões de trabalhadores rurais, como consequência da famigerada transferência de produtos alimentícios às regiões industriais. Não se pode negar o sofrimento que se abateu sobre o trabalhador urbano, mas é enfático que a fome só matava nas zonas rurais (NOVE, 1986, p.129). A ignominiosa coletivização, imposta autoritariamente por Stalin, foi responsável pela consolidação de seu poder, mormente por elidir todos os espaços possíveis de debate sobre outras formas de extrair os excedentes do campo, com vistas a sustentar uma vertiginosa corrida industrial, em particular no setor pesado e bélico, a competir com o mundo capitalista ocidental, com seu espectro a ameaçar o futuro da “revolução” ou do Estado soviético. A violenta sujeição dos camponeses, ainda maioria esmagadora da população, certamente negava qualquer princípio democrático e plural que poderia ter se desenhado com as tintas primevas dos soviets no Outubro Vermelho e, muito além do simples abandono da prática libertária dos conselhos, as cores sombrias que tingiram os murais da “revolução” foram a coerção e a opressão brutais. Nas palavras do pensador espanhol Francisco Fernández Buey, “*el estalinismo ha sido, efectivamente, una deformación monstruosa del ideal comunista*”(BUEY, 1999).

5. O modelo de direção centralizada

A questão fulcral é compreender em que monta a economia planificada stalinista, centralizadora e autoritária, poderia ser justificada pelas teorias marxistas. Nem em Marx e tampouco em Lênin, se pode obter sustentáculo para o projeto e a centralização dos planos quinquenais, ou para a coletivização forçada, embora talvez tenha sido, segundo Nove o mais próximo a se chegar de um sistema econômico sem mercado e sem produção de mercadorias, cuja única saída seria a burocratização e a alienação. Outrossim, Marx encetou mais uma contradição (pelo menos no caso russo), ao propor o controle social no sistema socialista pelos produtores diretos, cujas decisões de produção e distribuição decorreriam das necessidades humanas e jamais seriam determinadas pelos valores de troca. Num país de proporções territoriais e contingente populacional gigantescos, tal proposta se esbateria em limitações práticas de coordenar horizontalmente produção e distribuição, pois a autogestão nesse ambiente multifacetado em milhares de micro-economias seria inviável (NOVE, 1986,

p.132). Afora a necessidade de se investigar melhor as veleidades políticas de Lênin (e, talvez, do próprio Stalin), com o propósito de desvelar *que Revolução 1917 descortinou*, o fato é que as lacunas e ambiguidades marxianas, no concernente a uma teoria econômica consistente para o socialismo, abriram espaço para a burocratização e a centralização autoritária, que ceifaram as mais profícuas raízes de movimento social e libertário, impondo à URSS um trágico destino, jamais imaginado por qualquer revolucionário marxista no calor do Outubro Vermelho.

Tentar compreender o modelo soviético, vigente a partir dos anos 1930, requer uma análise conjuntural que considere: o atraso econômico, o isolamento, as ameaças externas, a ausência de instituições democráticas e o poder da burocracia stalinista. Ainda assim, observa Nove, o quadro elucidativo não se esgota, pois a lógica de um sistema econômico não mercantil é, factualmente, uma lógica centralizadora, que no seu decurso gera alienação e conflitos hierárquicos no interior da classe trabalhadora, encilhada em uma inexorável burocratização e sob a tutela dos organismos políticos do Estado, a impedir qualquer laivo de democratização (NOVE, 1986, p.133). O marxismo postulou uma sociedade socialista livre de veleidades mercantis e equilibrada em suas necessidades gerais e igualitárias, porém não considerou o exercício do poder autoritário e os controles institucionais coercitivos.

A consubstanciação do modelo socialista marxiano, ou o verdadeiro comunismo, permanece, então, no campo das proposições, pois o rearranjo do modo de produção que propõe, suscita poderosos aparatos teóricos para a economia. O que Marx não formulou. A sôfrega experiência soviética, por sua vez, demonstra o quão mal elaboradas, e pouco objetivas, foram muitas medidas que modelaram a economia das eras leninista e stalinista. E mesmo após a morte de Stalin o sistema permaneceu monolítico, cristalizado sob o peso da inércia burocrática cultivada por longas e cinzentas décadas, a preservar o modelo fossilizado e sua estrutura de poder.

Por fim, Nove suscita uma singular reflexão, recomendada particularmente aos marxistas, acerca da necessidade de combinar plano e mercado, pois dessa coexistência, conflituosa e pródiga em contradições, é verdade, pode nascer uma alternativa verdadeira para uma nova sociedade (NOVE, 1986, p.136), oxalá erigida sobre preceitos de igualdade e fraternidade humana, inexoráveis presenças no corolário da vida e da obra de Karl Marx.

6. Considerações finais

Desejar esse encontro simbiótico, apesar de naturalmente animoso, certamente atinge um grau de insuportável paroxismo, pois o mercado, o grande xamã do capital, tem demonstrado, no longo da história, que a autoconservação e a exponenciação da acumulação mercantil, são os únicos poderes que permanentemente atualiza com seus ritos mágicos. De outra parte, a teoria marxista deve cumprir, indubitavelmente, o papel de redescobrir-se na história, porém sem ceder sequer uma braça de terreno às mistificações que incensam, por exemplo, um tal “*capitalismo mais humano*”. Há que se fiar, portanto, numa palavra menos domesticada que a proposta teórica de Nove, pois a humanidade, nas palavras de Rosa Luxemburgo:

[...]geme sob o jugo terrível de uma força social cega, que ela mesma criou inconscientemente: o capital. O objetivo fundamental de toda a forma social de produção, a manutenção da sociedade pelo trabalho, a satisfação das necessidades, aparece aqui completamente alterado e colocado de cabeça para baixo visto que a produção para o lucro e já não para o homem se tornou a lei sobre toda a terra e que o sub-consumo, a insegurança permanente do consumo e, por momentos, o não consumo da grande maioria da humanidade, tornaram-se regra (LUXEMBURGO, s.d.).

O sistema do capital potencializa e expõe permanentemente suas contradições orgânicas, sempre mais graves e perigosas para o destino da humanidade. É cada vez mais premente a exaustão dos mercados, e a acumulação capitalista se baseia, atualmente, nas bárbaras premissas da reprodutibilidade imoral do capital financeiro, do hiper-consumo e do “*desperdício catastrófico*”, no dizer de István Mészáros (MÉSZÁROS, 2009, p.22). A super-exploração do trabalho, o desemprego estrutural, a primazia do complexo industrial militar sob o autoritarismo hegemônico e beligerante dos Estados Unidos, a massiva destruição dos recursos naturais, entre outros paradoxos e paroxismos, requerem, com urgência pretérita, novos e acurados olhares sobre o marxismo, suas categorias e seu projeto ideológico, com vistas a descortinar um caminho alternativo. Rediscutir e redesenhar o marxismo pressupõe, no limite da questão tratada neste trabalho, afastar a nefanda correspondência, pretendida e disseminada pelos próceres do sistema do capital, entre o socialismo marxista e as “*mentiras russa e chinesa*”, tomando as palavras de Guy Debord (DEBORD, 1997, p.111). É imperioso, por conseguinte, rememorar as preciosas lições do velho Marx, das quais pode-se destacar a que abre o capítulo I do *18 Brumário de Luís Bonaparte*. Diz ele:

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa (MARX, s.d., p.6).

Refletir sobre esse postulado é precisamente constatar que o passado não pode ser revivido ou modificado, mas a História pode ser reescrita, tarefa que cabe à consciência presente do historiador, em face à perplexidade de suas carências de orientação.

Oxalá os fornidos camaradas bolcheviques tivessem percebido, na condução do processo revolucionário, que “*não é somente a economia, estúpido*”, mas a amplitude das relações sociais, políticas e humanas, talvez tivessem sido evitadas a tragédia soviética e a farsa neo-liberal, que hoje despreza completamente a ordem mundial (MÉSZÁROS, 2009, p.47) e conduz a humanidade a um sombrio destino, o da barbárie, iminente para o século XXI, a menos que, como alternativa concreta, vislumbre-se a via socialista.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9. ed., 1997.

BUEY, Francisco Fernández. *Diez respuestas sobre Marx y los marxismos*. Barcelona: El Viejo Topo, 1999.

BUKHARIN, N. e PREOBRAZHENSKY, E. *ABC do Comunismo - 1920* - <http://www.marxists.org/portugues/bukharin/1920/abc/cap3.htm#C3> - acessado em 24/09/2010.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HOBBSBAWM, Eric J.. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv248.htm> - acessado em 26/09/2010.

LUXEMBURGO, Rosa. *Introdução à economia política*. São Paulo: Martins Fontes, s.d.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda., 1977.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global editora e distribuidora ltda., 1. ed., 1981.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. <http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap01.htm> - acessado em 26/09/2010.

MÉSZAROS, István. *O século XXI, socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

NOVE, Alec. Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista?. In: HEGEDŰS, András... (et al.); coordenação de HOBBSBAWM, Eric J.... (et al.); tradução de COUTINHO, Carlos Nelson, HENRIQUES, Luiz Sérgio N. e COUTINHO, Amélia Rosa. *História do marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao Stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.105-136.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

TROTSKI, Leon. *A Revolução de Outubro*. São Paulo: Boitempo, 2007.